

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CMG(EN) CLAUDIO BARBOSA COUTINHO DE SOUZA

A CRESCENTE IMPORTÂNCIA GEOPOLÍTICA DA AMAZÔNIA NO CONTEXTO
MUNDIAL: uma proposta de preservação dos interesses nacionais.

Rio de Janeiro

2007

CMG(EN) CLAUDIO BARBOSA COUTINHO DE SOUZA

A CRESCENTE IMPORTÂNCIA GEOPOLÍTICA DA AMAZÔNIA NO CONTEXTO
MUNDIAL: uma proposta de preservação dos interesses nacionais.

Monografia apresentada à Escola de Guerra
Naval, como requisito parcial para a conclusão do
Curso de Política e Estratégia Marítimas.

Orientador: CMG(RM1) Eduardo Hartz Oliveira

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2007

RESUMO

A crescente importância geopolítica da Amazônia no contexto mundial, devido às suas riquezas naturais e à sua importância para o desenvolvimento e integração continental, vem despertando a cobiça estrangeira, que alega a necessidade de preservação do meio ambiente e de proteção indígena, tentando caracterizar a Amazônia como um “Patrimônio da Humanidade”, com o intuito de restringir a soberania sobre aquela região. O Brasil tem sofrido pressões para a internacionalização da Amazônia brasileira, sendo essencial a efetiva presença do Estado brasileiro naquelas terras longínquas, de modo a preservar os interesses nacionais. Consoante com a Política de Defesa Nacional, as orientações do Comandante da Marinha para 2007 expressam o pensamento e a vontade política de dar continuidade nas ações para ampliar a presença da Marinha do Brasil na Amazônia brasileira. Assim, é oportuno identificar medidas que a Marinha pode adotar, para aumentar a ocupação daquela região, de modo a garantir sua segurança, permitindo o seu desenvolvimento livre de pressões e ameaças de qualquer natureza. Uma proposta de ação identificada considera um programa que contemple a construção de bases de apoio logístico, distribuídas em pontos estratégicos ao longo das vias navegáveis amazônicas, ampliando assim a presença da Marinha na Amazônia e incrementando o povoamento local e o desenvolvimento integrado da região. Este programa pode ser apoiado financeiramente com recursos do Programa Calha Norte e do Sistema de Vigilância da Amazônia, cabendo à Marinha concentrar esforços visando à obtenção desses recursos, conforme orientação do Comandante da Marinha.

Palavras-chave: Amazônia. Geopolítica. Marinha do Brasil. Meio ambiente.

ABSTRACT

The increasing geopolitical importance of the Amazon rainforest area in the world-wide context, due to its natural resources and its importance for both the development and continental integration, produces foreign covets, made clear by allegations of environment preservation and aboriginal protection requirements. These allegations aim to characterize the Amazon rainforest area as “World Heritage”, in order to restrict the Brazilian sovereignty in that region. Brazil has undergone pressures for internalization of the area and, in order to preserve the national interests, it is essential to have an effective presence of the Brazilian State in that distant area. In line with the Brazilian National Defense Politics, the guidance for the 2007 fiscal year stated by the Brazilian Navy Head Officer express the political will to continue the action to improve the presence of the Brazilian Navy in the Brazilian Amazon area. Thus, it is opportune to identify actions that the Brazilian Navy can perform for increasing the occupation of that region, in order to guarantee its security, and to allow its development free from pressures and threats of any nature. An action is proposed and considers a program that contemplates the construction of logistic support bases, distributed in strategical positions throughout the Amazonian navigable rivers, thus extending the presence of the Brazilian Navy in the Brazilian Amazon area and increasing the local population and the integrated development of the region. This action can be financially supported by resources from the “Programa Calha Norte” and the “Sistema de Vigilância da Amazônia” programs. Thus, it will be required that the Brazilian Navy concentrates efforts in obtaining these resources, in conformity with the orientation of the Brazilian Navy Head Officer.

Key-words: Amazon rainforest. Brazilian Navy. Environment. Geopolitics.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	A AMAZÔNIA BRASILEIRA	7
2.1	A questão geopolítica	8
2.1.1	Antecedentes históricos	11
2.1.2	O cenário contemporâneo	14
2.2	O meio ambiente	18
2.2.1	Energia	18
2.2.2	Água doce	20
2.2.3	Reserva mineral	22
2.2.4	Biodiversidade	22
2.3	Os pretextos para a internacionalização	23
2.3.1	Ambiental	24
2.3.2	Indígena	25
2.3.3	Narcotráfico	27
3	SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO	29
3.1	Ações governamentais	30
3.1.1	Programa Calha Norte	30
3.1.2	Sistema de Vigilância da Amazônia	31
3.2	A Marinha do Brasil na Amazônia brasileira	32
3.2.1	Histórico	33
3.2.2	A presença da Marinha do Brasil na Amazônia Oriental	33
3.2.3	A presença da Marinha do Brasil na Amazônia Ocidental	35
4	CONCLUSÕES	39
	REFERÊNCIAS	42

1 INTRODUÇÃO

“Eles não querem o nosso bem, eles querem os nossos bens”. Padre Antônio Vieira, no século XVII. (citado por CÂMARA, 2004, p.434)

Ao longo da história, a Amazônia vem despertando interesse internacional, devido ao seu imenso espaço geográfico, com mais de 6,5 milhões de quilômetros quadrados, às suas riquezas naturais, como: biodiversidade; recursos hídricos e minerais, e à sua importância para a integração e desenvolvimento continental.

No contexto mundial contemporâneo, a cobiça estrangeira, alegando a necessidade de preservação do meio ambiente e de proteção da população indígena, tenta caracterizar a Amazônia como “Patrimônio da Humanidade”, evocando os direitos humanos das minorias desprotegidas e da exigência de maior eficácia no combate à degradação do meio ambiente e ao narcotráfico. Neste cenário, o Brasil tem sofrido constantes pressões para a internacionalização da Amazônia brasileira, exercidas diretamente por governos estrangeiros, organismos internacionais e organizações não-governamentais, as quais podem constituir as justificativas que os Estados mais poderosos necessitam para, em atendimento aos seus interesses escusos, conduzirem intervenções nos países periféricos. (VIDIGAL, 2002)

Para garantir, não só a segurança de uma área extensa, mas a proteção do meio ambiente, de seus recursos naturais e dos habitantes, é essencial contar com a presença efetiva do Estado brasileiro, especialmente das Forças Armadas, ao longo das fronteiras e no interior da Amazônia brasileira. Preservar a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial são ações fundamentais para o desenvolvimento do Brasil, as quais fazem parte da Política de Defesa Nacional, documento condicionante de mais alto nível do planejamento de defesa, que tem por finalidade estabelecer objetivos e diretrizes para o preparo e o emprego da capacitação nacional, com o envolvimento dos setores militar e civil, em todas as esferas do Poder Nacional.

Considerando a consecução dos objetivos da Defesa Nacional do Estado brasileiro e as observações das diretrizes estratégicas para alcançá-los, principalmente a diretriz estratégica da Política de Defesa Nacional: “aumentar a presença militar nas áreas estratégicas do Atlântico Sul e da Amazônia brasileira” (BRASIL, 2005a, p. 13), insere-se a Marinha do

Brasil, subordinada ao Ministério da Defesa, que, segundo as ORCOM-2007¹, necessita dar continuidade nas ações para ampliar sua presença na Amazônia brasileira, de maneira a fazer face ao atual contexto mundial. Destarte, é oportuno identificar medidas que a Marinha do Brasil pode adotar, para aumentar a ocupação daquela região. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfico-documental, procurando identificar pelo menos uma proposta de ação, que poderá subsidiar a Alta Administração Naval no planejamento e adoção de medidas necessárias à ampliação da presença da Marinha do Brasil na Amazônia brasileira.

Como partes do processo analítico, foram formulados os pressupostos de que a valorização da natureza como fonte de recursos escassos vem atribuindo à Amazônia valor estratégico, tornando-a foco de interesses múltiplos e conflitantes a serem administrados para a adequada utilização de seu potencial em proveito do Brasil e que no mundo atual, onde as riquezas naturais são cada vez mais escassas, imensos territórios insuficientemente povoados e protegidos excitam a cobiça de outros países, sobretudo quando parece tão vulnerável grande quantidade de jazidas minerais, pedras preciosas, madeiras de lei, animais exóticos, plantas medicinais raríssimas e recursos hídricos.

“A Amazônia brasileira é coisa nossa”, repete um mantra nacionalista. Não é ainda. Só será depois de efetivamente ocupada pelos brasileiros, única forma de neutralizar a silenciosa invasão dos estrangeiros e evitar a sua internacionalização.

O segundo capítulo deste documento procura analisar a Amazônia brasileira sob o ponto de vista das questões geopolíticas, avaliando as riquezas da região que justifiquem a cobiça estrangeira e apontando os pretextos de outros Estados para sua internacionalização.

No terceiro capítulo, são abordados aspectos de segurança e desenvolvimento, apresentando as ações governamentais e a capacitação e atividades desenvolvidas pela Marinha do Brasil na Amazônia brasileira, especificamente, nas Amazônia Oriental e Amazônia Ocidental, as quais estão a cargo dos 4º e 9º Distritos Navais, respectivamente.

Enfim, o objetivo desta monografia é realizar uma análise prospectiva sobre a necessidade de intensificação da ocupação da Amazônia brasileira, procurando apresentar uma proposta de ampliação da presença da Marinha do Brasil naquela região, contribuindo assim para a preservação dos interesses nacionais.

¹ ORCOM-2007 – Orientações do Comandante da Marinha para 2007. Documento que expressa o pensamento e a vontade política do Comandante da Marinha.

2 A AMAZÔNIA BRASILEIRA

“Se as potências ocidentais violaram o sagrado princípio da soberania dos Estados e fizeram a guerra contra a Iugoslávia, para ajudar os Kosovares (...), por que não o fariam contra o Brasil, para se apropriar da Amazônia? O pretexto não seria a proteção da população, mas a proteção da ‘raça humana’. A Amazônia é o pulmão da Terra, se o Brasil não a protege adequadamente, é dever dos demais Estados fazê-lo em nome de toda a humanidade” (Pascal Boniface in “Les Guerres de Demain”).²

Neste capítulo, será apresentada uma análise da Amazônia brasileira, enfocando as questões geopolíticas, históricas e contemporâneas, avaliando as riquezas que possam justificar a cobiça internacional, especificamente, em relação à energia, água doce, reserva mineral e biodiversidade, e apontando os pretextos para sua internacionalização.

Logo, se faz necessária uma breve caracterização geográfica da Amazônia, a qual fica localizada ao norte da América do Sul, ocupando uma área total de mais de 6,5 milhões de quilômetros quadrados e fazendo parte do território de nove países: Brasil, Venezuela, Colômbia, Peru, Equador, Bolívia, Suriname, Guiana e Guiana Francesa. Deste total, cerca de 85% ficam em território brasileiro. Com mais de cinco milhões de quilômetros quadrados, aproximadamente, 61% da área do País, ocupa os seguintes Estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, além de parte dos Estados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão. Para exemplificar a amplitude desta área, só a Amazônia brasileira é sete vezes maior que a França e corresponde a 32 países da Europa Ocidental. A ilha de Marajó, que se situa na embocadura do rio Amazonas, é maior que alguns países como a Suíça, a Holanda ou a Bélgica. Apesar desse imenso espaço físico, a população amazônica brasileira corresponde a menos de 10% do total de habitantes do Brasil (SIVAM, 2007).

A sua floresta tropical úmida, ou seja, do tipo *hiléia*³, cobre, aproximadamente, 70% da área amazônica e representa 40% da área florestal do Brasil. Constituída do rio Amazonas e seus afluentes, a bacia hidrográfica amazônica abrange uma área de, aproximadamente, sete milhões de quilômetros quadrados, sendo que 4,5 milhões de

² Diretor do “Institut des Relations Internationales Stratégiques”(IRIS) - França; Membro do Conselho Consultor para Questões de Desarmamento – ONU; e Administrador do Instituto de Altos estudos sobre a Defesa Nacional - França. *Les Guerres de Demain* - 1. ed. Paris: Editions de Seuil, 2001.

³ Expressão criada pelo sábio naturalista alemão Humbolt para definir a floresta amazônica como tropical úmida.

quilômetros quadrados em território brasileiro, representando um quinto das disponibilidades dos cursos de água doce do mundo, formando o maior conjunto potâmico não só da América do Sul, mas da Terra. (CARRETEIRO, 1987; OLIVEIRA, 1972).

O rio Amazonas, com o nome de Marañon, nasce nos Andes Peruanos. Ao entrar no Brasil, passa a ter o nome de Solimões até receber o rio Negro, afluente da margem esquerda, quando passa a ter o nome de Amazonas. Observando todo o trajeto, desde os Andes até o Atlântico, o Amazonas estende-se por cerca de 5,5 mil quilômetros, recebendo em torno de 11 mil afluentes, sendo, aproximadamente, 19 mil km navegáveis. No Brasil, o rio Amazonas estende-se por, aproximadamente, 3,1 mil km, sendo que, em qualquer estação do ano, ele dá acesso à cidade de Tabatinga, na fronteira com a Colômbia e o Peru, a navios com calado de até 4,5 m, e à cidade de Manaus a navios de até 10 m de calado (CARRETEIRO, 1987).

Em face do exposto e tendo em conta a existência de 11 mil km de fronteiras terrestres e 1,6 mil km de fronteira marítima, evidencia-se a importância geopolítica da Amazônia brasileira, visto que a interligação entre a bacia fluvial, de boa navegabilidade, e o oceano Atlântico faz com que a Amazônia se articule com os grandes mercados dos Estados Unidos da América e da União Européia.

2.1 A questão geopolítica

As pesquisas históricas revelam que a Amazônia foi descoberta pelo navegador espanhol Vicente Yañez Pinzón, no crepúsculo do século XVI, precisamente nos primeiros dias de fevereiro de 1500 (BUENO, 1998), ou seja, quase três meses antes da descoberta do Brasil.

Ao entrar na foz do Amazonas, o navegador espanhol, sem saber ainda as características geográficas do rio que havia descoberto, dele tomou posse em nome da Coroa espanhola. Começava a questão geopolítica amazônica que, com tonalidades diferentes, perdura até hoje, nos primórdios do Terceiro Milênio.

Nos primeiros duzentos e cinquenta anos, portanto, até o Tratado de Madri, em 1750, os questionamentos geopolíticos sobre a Amazônia cingiram-se à amplitude e tipificação do seu domínio por Portugal e Espanha. Nos anos subsequentes, as discussões sobre a geopolítica amazônica adquiriram dimensões internacionais, suscitadas sempre pelos países europeus e pelos Estados Unidos da América, alicerçados em razões (ou pretextos) as mais variadas.

Essas discussões incidem ora sobre o domínio da Amazônia em si, ora sobre a amplitude desse domínio, ou seja, quando se questiona a geopolítica amazônica, pretende-se caracterizar ou descaracterizar a soberania incidente sobre aquela região, pois o conceito de geopolítica é obscuro, embaçado por interesses nos quais nem sempre se pode distinguir, quando o seu conteúdo é reconhecidamente de natureza científica, como ramo da antropogeografia das nações criada por Friedrich Ratzel (MAFRA, 1999, p. 8), ou predominantemente orientado por critérios de conveniência, em geral ditados pelo imperialismo internacional.

O exemplo mais ostensivo dessa dubiedade conceitual é a estratégia de dominação nazista que precedeu a Segunda Guerra Mundial. A agressão nazista baseou-se na pseudocientífica Geopolítica de Haushofer, geógrafo e general alemão que a denominou de “metafísica geográfica”, pela qual “a raça alemã é destinada a levar a paz ao mundo através da sua dominação e, por conseguinte, os outros Estados devem assegurar à Alemanha todo seu espaço vital” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1983, p. 544).

Essa abordagem conceitual, felizmente, foi superada em nossos dias, sem, porém, excluir inteiramente a denominação com critério subjacente que os estudos dos fatores geográficos sempre tentam permear nos fenômenos políticos, sobretudo nas relações internacionais. Neste sentido, as relações internacionais incorporam, como variável geopolítica, os fatores ecológicos que podem influir nas condições de vida na Terra, como um todo. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1983, p. 545).

A Amazônia é a maior bacia hidrográfica da terra, revestida pela maior floresta tropical do mundo, com imensa riqueza natural (ALMANAQUE ABRIL, 2007, p. 203-206). Por isso tem sido objeto de discussões e questionamentos internacionais de conteúdo geopolítico, sob a alegação de que a sua preservação é indispensável para o equilíbrio climático da terra e que sua fantástica biodiversidade deve ser colocada à disposição de todos os povos. Em consequência, tentam caracterizar a Amazônia como um “Patrimônio da Humanidade”. A partir desse pressuposto, afirma-se que a soberania sobre a região, exercida por alguns países latino-americanos e, principalmente pelo Brasil, é injusta para com a humanidade.

O conceito de soberania, próprio do âmbito do Direito Internacional Público, tem sido manipulado no sentido de seguir um percurso idêntico, isto é, evasivo, permeado de limitações quando se trata dos países pobres. Originariamente entendida como expressão da vontade do soberano (o rei, o imperador), a noção de soberania foi marcada pelo absolutismo, donde o conceito da soberania absoluta, isto é, que não pode sofrer limitações por parte das

leis. O Estado moderno, porém, procurou compatibilizar o conceito de soberania com o Estado democrático, que proclamou os direitos individuais do cidadão. É o Estado de Direito, democrático em sua natureza, que passou, então, a ser entendido como um atributo dos Estados que reconhecem haver entre si a mais estreita igualdade. Essa concepção foi proclamada pela Carta das Nações Unidas, em seu art. 2º, inciso 1º (1945):

“Art. 2º. A organização e seus membros....agirão de acordo com os seguintes princípios:

1. A organização é baseada no princípio da igualdade soberana de todos os seus membros”

Destarte, é intrínseco à teoria da soberania que os Estados têm a obrigação de respeitar os Estados estrangeiros. Os princípios da autodeterminação dos povos, e os da não-intervenção passaram a ser norteadores das relações entre os Estados. Estes têm no seu território o suporte físico da soberania. A integridade do território, diante de qualquer investida estrangeira, passou a ser a idéia-força que preside o exercício da soberania.

Distorções, porém, não foram de todo superadas, pois no limiar do terceiro milênio surgem os Estados ricos, tentando impor sua vontade política aos Estados pobres, limitações a sua soberania, a globalização colonialista, em geral travestida de concepções doutrinárias e terminologias suaves, e aparentemente inocentes, como soberania restrita, soberania limitada, que necessariamente importam, do ponto de vista pragmático, em intervenções no território dos Estados fragilizados pela pobreza.

É o que parece vem tentando fazer o famoso grupo internacional que reúne os sete países mais industrializados e desenvolvidos economicamente do mundo (G-7: Estados Unidos da América, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e o Canadá) no entardecer do século XX e no alvorecer do século XXI, em relação à Amazônia, cujo território se distribui por nove países da América do Sul. Para isso invocam concepções modernas de geopolítica, infladas pelas variáveis ecológicas, com o objetivo de pretensamente assegurar o equilíbrio climático do Planeta Terra. Objetivamente, propõem que os países amazônicos renunciem parte da soberania que possuem sobre o seu território, entregando a gestão ambiental da Amazônia a uma entidade supranacional, como foi alvitado na Cúpula de Haia, em 1989 (DUTRA, 2006).

É importante ressaltar, no entanto, que a questão ambiental é, apenas, a última das muitas tentativas que têm feito os países ricos para subtrair parte da soberania que os países amazônicos têm sobre a grande região. Logo depois da Segunda Guerra Mundial, os países amazônicos chegaram a assinar a Convenção de Iquitos, criando o Instituto Internacional da Hielia Amazônica que atuaria na região em co-gestão com os países ricos. Nos anos sessenta,

a construção do Grande Lago Amazônico, que se estenderia sobre toda a região do terciário, provocou acerbos discussões quanto à questão da soberania (RIBEIRO, N. 2003).

Essa persistência da cobiça internacional sobre a Amazônia, que passou a se exprimir, inclusive, através de propostas ou projetos visando à sua internacionalização, encontra sua explicação, também, na sua localização geográfica, ao longo do Equador, pelas suas fronteiras ocidentais barradas pela Cordilheira dos Andes e pela sua fronteira oriental, aberta para o Atlântico, o que a torna uma região exposta aos interesses europeus e norte-americanos.

Depois que Portugal e, mais tarde, o Brasil independente, conseguiram consolidar as fronteiras internas da Amazônia, através de vários tratados internacionais, sobrevieram os interesses dos países ricos, ora sobre a navegação pelo rio Amazonas, ora pela tentativa de implantar grandes projetos de exploração mineral e de exploração vegetal que, em geral, não conseguiram sucesso, como o grande projeto de heveicultura de Henry Ford no rio Tapajós, a exploração de celulose na região do rio Jari, pelo empresário americano Daniel Ludwig, o extrativismo da borracha do Acre pelo Bolivian Syndicate, a implantação da estrada de ferro Madeira-Mamoré e os grandes projetos de colonização japonesa (ANDRADE, 2001).

2.1.1 Antecedentes históricos

Ao tornar-se independente em 1822, o Brasil defrontou-se, de imediato, com o problema geopolítico amazônico. Para que melhor possa ser compreendido o quadro geopolítico da época que precisaria ser enfrentado pelas autoridades do Brasil independente, é indispensável fazer uma rápida remissão à herança deixada pelo domínio português. Logo após a assinatura do Tratado de Madri, em 1750, o governo português, através da administração pombalina, atentando para a questão geopolítica que pairava sobre a região, entendeu por bem implantar uma administração específica para a Amazônia. Então, a 31 de julho de 1751, o Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, mudou a denominação do Estado do Maranhão e Grão-Pará para Estado do Grão-Pará e Maranhão, transferindo a sede de São Luís para Belém. E para acentuar o seu interesse especial pela Amazônia, Pombal nomeou para ser governador do novo Estado, o seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que tomou posse no mesmo ano. Para evidenciar a soberania portuguesa sobre toda a região perante o mundo de então e, em especial, perante a Coroa espanhola, criou Pombal, em março de 1755, a Capitania de São José do Rio Negro, que era o embrião político do futuro Estado do Amazonas (REVISTA ESTUDO AVANÇADO, 2005).

A evolução do problema geopolítico amazônico levou Pombal a promover a divisão do Estado do Grão-Pará e Maranhão, em 1772. Criou então, o Estado do Maranhão e Piauí, com sede em São Luís, e o Estado do Grão-Pará e Rio Negro, com sede em Belém. Configurava-se, então, uma administração exclusiva para a Amazônia, diretamente subordinada a Lisboa (REVISTA ESTUDO AVANÇADO, 2005).

Quando foi proclamada a Independência do Brasil, em 1822, o Estado do Grão-Pará e Rio Negro não fazia parte do novo País que assumia sua autonomia e soberania, uma vez que era subordinado diretamente a Portugal e, por conseguinte, não integrava o território do vice-reinado que se transformara no Império do Brasil.

A influência portuguesa no Estado do Grão-Pará e Rio Negro era muito forte. Os portugueses possuíam o controle absoluto do poder econômico na Amazônia colonial. Eram proprietários das terras, controlavam o comércio dos produtos regionais que também eram por eles explorados e coletados pela prática do extrativismo. Diante da Independência do Brasil, tentaram manter a colônia sob o domínio português. Chegaram a projetar a organização de um vice-reinado, com sede em Belém, cujo território compreenderia não apenas a Amazônia, mas também o Maranhão e o norte de Goiás. O ideal da Independência, porém, já havia marcado a sociedade local, apoiada em um forte sentimento nativista. No ano que antecedeu à proclamação da Independência, eclodiu em Belém uma revolta de inspiração liberal, desafiando o absolutismo dominante no governo português.

Proclamada a Independência, em 7 de setembro de 1822, o novo País tratou de reprimir todas as resistências que, ainda, subsistissem em qualquer lugar do seu território. Nesta situação, em princípio, não se incluía o território da Província do Grão-Pará e Rio Negro que continuava diretamente vinculado a Portugal. Do mesmo modo, porém, não entendiam as autoridades do novo Império do Brasil que exigiram a adesão das autoridades amazônicas à Independência. A 11 de agosto de 1823, o brigue Maranhão fundeu no porto de Belém, sob o comando do inglês John Pascoe Grenfell, que intimou os governantes portugueses a aderir à Independência do Brasil. As tentativas de resistência foram inócuas. A maioria dos portugueses e quase toda a burocracia colonial prestaram juramento de fidelidade ao Imperador do Brasil. No ano seguinte, em maio de 1824, José de Araújo Rego assumiu a presidência da nova província (REVISTA ESTUDO AVANÇADO, 2005).

A adesão da Província do Grão-Pará e Rio Negro à Independência não representou, ainda, uma adesão da Amazônia em sua amplitude territorial. A capitania de São José do Rio Negro, na época, não mais aceitava sua vinculação ao Estado do Grão-Pará. Lutou muito para se fazer representar na Constituinte convocada pelo Imperador D. Pedro I.

Posteriormente, levantou a acusação de que as correspondências de José Bonifácio, convocando a capitania para se fazer representar, haviam sido retidas em Belém, por administradores lusófilos que em verdade queriam que a Amazônia permanecesse fora do Império do Brasil e continuasse como colônia de Portugal. Apesar desses problemas, agravados pela distância e pelo tempo, que retardavam a chegada de notícias, a Capitania de São José do Rio Negro, por sua Junta Administrativa, proclamou sua adesão à Independência do Brasil, a 9 de novembro de 1823, completando-se a soberania brasileira sobre o território da antiga Amazônia portuguesa (WIKIPEDIA, 2007a; 2007b).

O Brasil independente assumiu, como sua, a Amazônia, que havia sido objeto do Tratado de Madri em 1750, celebrado entre a Espanha e Portugal. Esse Tratado abrangia os territórios da Província do Grão-Pará e Rio Negro, ocupados pelos portugueses nos séculos XVII e XVIII. Seus limites foram objetos de perlongas entre os representantes da Espanha e Portugal ao longo da segunda metade do século XVIII, sobretudo, durante o governo do Marquês de Pombal.

Ficaram ou surgiram, porém, algumas pendências que somente puderam ser resolvidas pelo governo do Brasil independente: uma, com a França, quanto ao domínio da Guiana brasileira, a área do hoje Estado do Amapá; outra, com a Inglaterra, sobre os verdadeiros limites do Brasil com as possessões inglesas, nas áreas limítrofes entre a que mais tarde seria conhecida, como a Guiana inglesa, que hoje forma a República da Guiana, e do lado do Brasil, o que seria mais tarde o Território do Rio Branco, hoje Estado de Roraima; e finalmente, nas últimas décadas do século XIX e logo no início do século XX, o problema dos limites com a Bolívia, que ficou conhecido como a Questão do Acre e compreende hoje o Estado do mesmo nome.

As questões do Amapá, de Roraima e do Acre permearam, principalmente, a segunda metade do século XIX e só nos últimos anos desse século, ou no início do século XX, tiveram sua definitiva solução. Nessa época, as relações exteriores do Brasil obedeciam à direção patriótica e competente de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco. Dotado de excelente formação e experiência diplomática, muito aprendeu com seu pai, o Visconde do Rio Branco, que tinha o mesmo nome. O Barão do Rio Branco teve uma atuação decisiva na consolidação das fronteiras do Brasil com os demais países da América do Sul, principalmente, na definição das fronteiras do Brasil com os demais países amazônicos (WIKIPEDIA, 2007c).

2.1.2 O cenário contemporâneo

Os primeiros passos para a criação da economia globalizada remontam aos séculos XV e XVI, com a descoberta de territórios ultramarinos. Nos séculos XVIII e XIX, acentuou-se a interdependência da economia, por meio da revolução industrial. Foi, porém, no século XX que a dependência econômica entre os países se tornou mais evidente, quando a quebra da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929, provocou a grande depressão norte-americana que se propagou pelo mundo inteiro através da contração da economia, a queda dos negócios e o desemprego em massa, em escala planetária.

A partir da década de noventa, com a queda da União Soviética e o crescimento acelerado da China, detentora de um mercado de dimensões potenciais gigantescas, aceleraram a globalização de mercados, dando forma econômica e geopolítica à criação de blocos econômicos, dos quais o mais forte e mais profundamente estruturado é a União Européia. A informatização, a automação das atividades empresariais e domésticas, a utilização das telecomunicações, a descentralização e terceirização de várias atividades, provocaram a mundialização das atividades econômicas, com fortes repercussões de caráter geopolítico. As fusões de empresas e a criação de novos modelos do sistema de produção provocaram novas relações de emprego e de mão-de-obra, para atender a alguns setores que foram redefinidos pela globalização.

Nesta nova era de globalização, os Estados passaram a ter suas funções reduzidas, sendo transferidos para a iniciativa privada vários tipos de atividades. Passou a ser preconizada a doutrina do Estado mínimo que tem agravado as desigualdades entre os povos e, principalmente, dentro do mesmo país, com maior distanciamento entre as classes sociais.

A Cúpula de Joanesburgo, realizada entre 26 de agosto e 4 de setembro de 2002, ressaltou alguns problemas característicos da globalização, tais como:

- maior prosperidade para os países e empresas que conseguiram aproveitar a globalização e a rápida difusão de novas tecnologias da informação e da comunicação;
- na década de noventa, os Estados Unidos da América gozaram de um período de expansão sem precedentes, tendo servido como principal motor da economia mundial;
- vários países sofreram o impacto das crises financeiras internacionais, como foi o caso do México, de países do Leste Asiático e da Argentina;
- entre os efeitos perversos mais danosos da globalização, está a criminalidade, os estupefacientes, o terrorismo, as doenças e o tráfico de armas que passaram por uma expansão internacional sem precedentes;
- durante a década de noventa, as economias dos países em desenvolvimento que

se integraram na economia mundial cresceram a um ritmo mais de duas vezes superior ao dos países ricos; e

- a taxa anual média do crescimento do produto interno bruto (PIB) dos países em desenvolvimento no seu conjunto aumentou de 4,3%.

Como se pode verificar, a globalização é um processo em pleno andamento no mundo inteiro, provocando um efeito devastador na cultura de todos os povos, acelerando as taxas de desenvolvimento de alguns e marginalizando outros que passaram a ter seus níveis de pobreza agravados.

Deste modo, a globalização por si implica uma restrição à soberania de todos os povos, que se torna mais acentuada quanto mais dependente a economia do país respectivo. Logo, apesar do sucesso com que o Brasil tem defendido a soberania sobre a Amazônia, é óbvio que, agora, nestes tempos globalizados, maior será a geopolítica que preconiza a soberania restrita sobre a Amazônia. E é com esse pensamento que o Brasil tem de conviver e adotar uma política de dissuasão que não permita restrições à sua soberania sobre a região.

Vimos que uma das invectivas mais forte que, em nome da globalização, têm sido feitas sobre a Amazônia, é proclamar que ela é um patrimônio da humanidade. Realisticamente é consabido que a verdadeira razão dessas tentativas de globalização da Amazônia é a disponibilidade dos maiores estoques de recursos energéticos e hídricos da Terra, por tratar-se da maior província mineral do Planeta e a sua biodiversidade. O problema, como foi visto, entretanto, é que as interpretações que são dadas ao termo patrimônio da humanidade, têm sido feitas segundo critérios de conveniência e os interesses, sobretudo, dos países ricos, maculados por forte conteúdo imperialista.

A fragilidade geopolítica da soberania sobre a Amazônia também tem sido bastante afetada pelo fato de o Brasil não ter conseguido, até hoje, conter a devastação florestal da região, o que tem servido de pretexto, como ocorreu na Cúpula de Haia, para que seja levantada a questão da transferência do controle ambiental da região para uma entidade supranacional, evidentemente criada pelos países ricos, ou, como foi alvitrada, a idéia de torná-la uma região sob o controle geopolítico da Organização das Nações Unidas nos termos da Carta das Nações Unidas.

A Amazônia deverá sofrer, portanto, ao longo do primeiro século do Terceiro Milênio, fortes pressões internacionais, principalmente, dos Estados Unidos da América que possuem na região grandes projetos científicos. Não é de se prever que esses projetos serão desativados, ao contrário, deverão ser ampliados, segundo os interesses privados e geopolíticos da economia americana, sobretudo, para a exploração da biodiversidade e outros

recursos naturais. A Organização das Nações Unidas, na posição que ficou depois da Segunda Guerra do Golfo, de profunda dependência dos Estados Unidos da América, tenderá a atuar até mesmo no sentido de legitimar as ações daquele país sobre a Amazônia.

Deve ser considerada a possibilidade da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) ser implementada e no eixo de mutualidade que caracteriza esse tipo de comunidade econômica, haverá certamente a Amazônia, como elemento de troca no processo de intercâmbio com os Estados Unidos. As concessões que forem feitas ao Brasil, sob a égide desse livre comércio, poderão ser negociadas, tendo como valor de troca a ampliação das atuações das instituições científicas ou de empresas privadas sobre a Amazônia, o que evidentemente levará à criação de situações factuais de difícil e até impossível remoção, dado que, uma vez implementadas, passam a ter o manto protetor da política norte-americana.

É certo, porém, que isso não importará numa total exclusão da ação dos países ricos da Europa sobre a Amazônia, eis que os Estados Unidos, em situações desse tipo, não costuma ser exclusivista e sim acaba por ceder algum espaço para a ação cooperativa com seus aliados europeus. Ressalta-se que dificilmente haverá uma linha demarcatória clara, indicando essa posição privilegiada de que os Estados Unidos da América passarão a gozar em relação à exploração de recursos naturais amazônicos. Ao contrário, as autoridades americanas ficarão sempre observando o significado e a importância que certos empreendimentos têm na sua atuação sobre a Amazônia, diante dos demais países ricos.

Evidentemente que todos os exercícios de futurologia que aqui foram apresentados sobre ação dos países ricos na Amazônia e, em especial os Estados Unidos da América, são em si conjecturas, pois as autoridades brasileiras evidentemente que não ficarão inertes diante das pressões contra a soberania do Brasil sobre a Amazônia, mesmo que estas sejam respaldadas no poderio dos Estados Unidos da América. De um modo geral, o Brasil atuará sempre no sentido de excluir e, se não puder, no sentido de minimizar os impactos da globalização sobre a região e de procurar conter qualquer ação perniciosa contra os interesses nacionais.

É lógico que a ação diplomática dissuasória e competente do Brasil continuará a se fazer presente em todas as negociações que se realizarem em torno da questão geopolítica amazônica. Certamente, tratar-se-á de uma ação que se caracterizará pela firmeza e habilidade das autoridades diplomáticas brasileiras, diante das pressões que houver, mesmo tratando-se de situações, aparentemente, irremovíveis. Um aspecto importante que certamente orientará o posicionamento das autoridades brasileiras é no sentido de que a cooperação científica, que o Brasil venha acolher, tenha como contrapartida o apoio financeiro e tecnológico para o

desenvolvimento sustentável da região, que até hoje vem ocorrendo de forma muito limitada, pois as pesquisas feitas pelas agências estrangeiras na região orientaram-se sempre no sentido de satisfazer interesses privados de seus grandes laboratórios farmacêuticos, empresas minerárias e multinacionais da indústria madeireira. Por isso, essas negociações deverão refletir sempre o exercício claro e objetivo da soberania que têm os países sul-americanos sobre a Amazônia.

Uma estratégia fundamental, entretanto, que o governo brasileiro pode adotar para evidenciar objetivamente a soberania do Brasil sobre a Amazônia é a adoção de medidas relativas à implementação de infra-estruturas que tornem mais efetiva a integração da Amazônia ao restante do País. Como é sabido, essa integração até hoje se faz, apenas, pelas vias rodoviária e aeroviária, quando a sua dimensão mais importante é, sem dúvida, a integração hidroviária, através da implementação das hidrovias do Tocantins-Araguaia, do Tapajós-Teles Pires e do rio Madeira. Esses eixos hidroviários permitirão que toda a produção de grãos, de produtos agroindustriais do Brasil Central e da própria Amazônia, se realize de forma mais econômica, no sentido dos países do Hemisfério Norte, através dos portos de Bacarena, em torno de Belém, de Santarém, de Manaus e Itaquiara. Assim sendo, ao invés de incentivar o povoamento da Amazônia, através das frentes pioneiras de populações pobres, que precisam da reforma agrária nas suas regiões de origem, ou de empresários do sul do País voltados para a exploração agropecuária, tanto um como o outro, com grande impacto na devastação florestal, as hidrovias terão a vantagem de tornar mais efetiva a ocupação da Amazônia, através do escoamento da produção do Brasil Central, utilizando pontos estratégicos ao longo do rio Amazonas, no sentido países ricos do Hemisfério Norte.

Outro aspecto relevante inerente à integração hidroviária será a possibilidade da integração sul-americana que, necessariamente, passa pelo eixo do rio Amazonas. Essa integração hidroviária possibilitará:

- o acesso da Bolívia para o Hemisfério Norte, através da hidrovia do rio Madeira, permitindo ao Brasil oferecer aquele País o acesso que pretendeu proporcionar-lhe, através da estrada de ferro Madeira-Mamoré que não teve viabilidade econômica; e

- a integração no sentido dos países da Costa do Pacífico, em especial através do Peru e o Equador, utilizando um sistema de transporte intermodal que possibilitará o escoamento da produção Central do Brasil, no sentido do Japão, da costa oeste norte-americana e dos tigres asiáticos, a custos operacionais extremamente mais baixos, uma vez que, atualmente, estão contingenciados a utilizar como acesso o canal do Panamá.

Além disso, possibilitará a integração hidroviária mais efetiva com a Colômbia,

através dos rios Solimões, Iça e Japurá, bem como com a Venezuela, através do eixo rio Negro-Orinoco, utilizando, para isso, o canal do Caciquiare. Essa interligação terá grande significado para a economia do turismo, oriunda das correntes turísticas do Hemisfério Norte que buscam os países do Caribe e certamente poderão ser incentivadas a ter acesso, através do rio Orinoco, a toda a Amazônia e o Brasil Central, chegando até Brasília através da hidrovia Tocantins-Araguaia.

Isso tudo mostra que a soberania do Brasil sobre a Amazônia e a dos demais países latino-americanos sobre os seus respectivos territórios amazônicos poderá ser preservada, ainda que fragilizada pelas incursões de lideranças científicas, empresariais e autoridades públicas dos países ricos.

2.2 O meio ambiente

Com o propósito de possibilitar uma avaliação das riquezas disponíveis na Amazônia, as quais possam justificar a cobiça internacional, será analisado o potencial da região em relação à energia, água doce, riqueza mineral e biodiversidade.

2.2.1 Energia

Atualmente, a humanidade enfrenta problemas de geração de energia, em face do acentuado aumento do seu consumo, ocasionado pelo incremento das atividades industriais globais e pelo crescimento populacional.

A potencialidade de energia da Amazônia é significativa, sendo a mais óbvia a energia obtida por meio de hidroelétrica, haja vista a sua grande rede fluvial. Embora, não seja aceitável o desenvolvimento de grandes usinas hidroelétricas do tipo clássico, devido aos problemas ambientais, não será difícil a utilização de usinas que aproveitam o fluxo natural do rio em direção à sua foz. Desenvolvimento tecnológico simples permitirá a construção de muitas pequenas usinas desse tipo, fazendo com que grande parte do potencial hidroelétrico a explorar no Brasil seja obtida da Amazônia, cerca de 120 mil megawatts. (SILVA, 2000, p. 95)

Apesar dos impactos negativos sobre o meio ambiente, a energia majoritária obtida atualmente ainda é a produzida por combustível de origem fóssil. Guerras têm sido feitas pelo domínio das áreas onde estão as maiores reservas de petróleo. Sendo o petróleo um bem não-renovável e sendo crescente o seu uso desde o início da revolução industrial, a

descoberta de novas reservas passa a ter um extraordinário valor estratégico.

Neste contexto, insere-se a Amazônia, uma das regiões menos exploradas do mundo, sendo o seu potencial ainda uma incógnita. Todavia, na Amazônia brasileira existe a Província Petrolífera do Rio Urucu em plena produção, localizada nas proximidades de Coari. As suas reservas são da ordem de 72,42 milhões de barris de óleo e 294,85 milhões de barris de gás natural (é a maior reserva de gás descoberta no Brasil). Ela tem capacidade de produção diária de cerca de 60 mil barris de óleo, 6 milhões de metros cúbicos de gás natural e mais de mil toneladas de GLP (gás de cozinha). A produção de Urucu abastece todo o Estado do Amazonas, especialmente a cidade de Manaus. Através de gasodutos, o gás natural chega até Porto Velho. Novas jazidas foram localizadas na Província do Juruá, nas proximidades de Carauari, onde foram computadas reservas da ordem de 3,5 milhões de metros cúbicos de gás. Na medida em que decresçam as reservas conhecidas de petróleo, a pesquisa de novas reservas aumentará e a Amazônia é uma imensa região ainda virgem a esse respeito. (SAKAMOTO, 2002; SILVA, 2000; ELIA, 2000)

No que diz respeito à produção de energia nuclear brasileira, apesar do desconhecimento sobre a Amazônia, há estimativas da existência no subsolo da região de metais utilizados na tecnologia de ponta: urânio, tório, berílio, nióbio, tântalo, titânio, zircônio e lítio. A confirmação dessas expectativas dará à região um enorme potencial para a geração de energia nuclear.

A diminuição das reservas mundiais de petróleo e o aumento dos custos de sua exploração tornam a Amazônia a grande esperança na produção de energia da biomassa, onde a energia solar é fixada através da fotossíntese, uma fonte alternativa, limpa sob o ponto de vista ecológico e inesgotável porque renovável. A biomassa florestal energética, isto é, a lenha e seus derivados, como o carvão vegetal, o gás, o alcatrão, representa o segmento quantitativamente mais importante do modelo de desenvolvimento econômico e social baseado no uso e na valorização da biomassa tropical. Um programa nacional bem planejado que se coadune com as peculiaridades da região, garantirá o seu aproveitamento com a preservação da floresta.

Outro segmento energético importante é a produção de óleo diesel a partir de óleos vegetais combustíveis, como o dendê, a mamona etc. O dendê, na Amazônia, pode tornar-se uma rendosa alternativa para o petróleo. Estudos mostram que o plantio de dendê em 7 milhões de hectares, faixa menor do que a reserva Ianomâmi, permitiria extrair cerca de 8 milhões de barris de biodiesel por dia, quantidade correspondente à produção de petróleo da

Arábia Saudita. (FREGAPANI, 2005). Corroborando com o mencionado, cita-se texto de renomado professor brasileiro, especializado em energia por biodiesel:

“Na região amazônica, mantendo-se a floresta em pé, pode-se obter com o óleo extraído do coquinho do dendê o equivalente à produção atual de petróleo da Arábia Saudita. Isso apenas do dendê, embora existam no Brasil centenas de óleos vegetais que podem substituir esse derivado de petróleo, como o óleo de mamona, babaçu, girassol, colza, amendoim e tantos outros”. (VIDAL, 2007)

Essa imensa potencialidade energética amazônica pode ser utilizada preservando-se as características básicas da região, ao contrário do que hoje se pratica quando se substitui a floresta por culturas tradicionais e por pastagem.

2.2.2 Água doce

Um dos maiores problemas no início do Terceiro Milênio será indubitavelmente a falta de água doce. Até os dias de hoje, muitas guerras foram motivadas pelo controle de regiões produtoras de petróleo, no futuro é possível que elas sejam feitas pelo controle dos mananciais de água doce.

O Planeta possui atualmente 1,4 bilhões de quilômetros cúbicos de água, porém, 97,5% desse total são formados por água salgada. Conseqüentemente, a disponibilidade da água doce é de, apenas, 2,5% do volume hídrico existente no Planeta, sendo que desse total, 69% são formados pelas geleiras e 30% de águas subterrâneas, restando apenas 1% de água doce formando rios e lagos. “Comparando-se as reservas hídricas mundiais com uma caixa d’água de mil litros, a parcela própria para consumo caberia em uma garrafa média e a água da superfície em, apenas, uma colher de sopa”. (ALMANAQUE ABRIL, 2003, p. 115)

Diante disso, comparativamente, a disponibilidade de água doce é extremamente reduzida. Ademais, a desigualdade de sua distribuição e o alto desperdício que ocorre na sua utilização vêm preocupando a humanidade, pois seu consumo também está ligado diretamente a algumas atividades fundamentais para a qualidade de vida, como: o saneamento e a saúde pública, a produção agrícola e pecuária, a geração de energia, a industrialização, o transporte e o lazer. A humanidade, portanto, tem como desafio gerir de forma sustentável os recursos hídricos do Planeta, ameaçados pelo crescimento da demanda de milhões de seres vivos, pela degradação ambiental e pelo elevado desperdício.

O Terceiro Fórum Mundial da Água, realizado no ano de 2003 em Kyoto, chamou a atenção para alguns pontos, conforme divulgado pelo jornal O Estado de São Paulo:

- 1,5 bilhões de pessoas sofrem com a escassez de água;

- 3 bilhões têm de usar água contaminada;
- 12 mil km³ de água poluída circulam pelos rios do mundo;
- 100% foi o aumento registrado no consumo mundial em 50 anos;
- 67% da água utilizada no mundo destinam-se à agricultura;
- 19% são consumidos pela indústria;
- 9% são destinados ao uso residencial;
- mais de cinco milhões de mortes ocorrem anualmente no mundo por doenças de veiculação hídrica;
- 70% das internações hospitalares no Brasil têm o mesmo motivo; e
- com 29% da população, o Nordeste dispõe de apenas 3% da reserva de água do país. (CONZ, 2003)

A Comissão Mundial da Água (WWC: World Water Council) ressaltou nessa ocasião que o ambiente está enviando sinais de alerta que têm sido largamente ignorados e afirma que cada litro de água poluída contamina pelo menos 8 litros de água limpa. Além disso, há conflitos bélicos nas regiões onde dois ou mais países compartilham a água de rios e aquíferos. No Oriente Médio, sobretudo, entre Israel e seus vizinhos países árabes que vivem em permanente situação conflitante por motivos de ordem religiosa, é consabido que, em muitas situações, a acessibilidade à água foi a razão determinante. O mesmo pode-se dizer de alguns conflitos no norte da África, nas áreas periféricas ao deserto do Saara.

O Brasil é o país que possui a maior reserva de água doce do Planeta, distribuída pelas bacias do rio Amazonas, do rio São Francisco, do rio Paraíba, do rio Tocantins-Araguaia, do rio Paraná e outras bacias menores. O rio Amazonas e o fantástico aranhão hídrico que o abastece têm o maior estoque de água doce do Planeta. São cerca de 1/5 do total das águas potáveis existentes no Planeta, o que coloca essa grande região do trópico úmido em uma situação privilegiada em todo o mundo. As previsões sobre a evolução da crise mundial da água têm uma repercussão sobre a Amazônia, geopoliticamente preocupante. Questionam-se as soluções para a crise que terão um caráter pacífico e se basearão em princípio da solidariedade humana. Por isso, têm sido levantadas questões, no sentido de investigar até que ponto os países ricos, sob o comando dos Estados Unidos, aceitarão ajustar-se a programas de acesso à água de forma cooperativa e negociada.

A tendência desses países é dispor sempre, soberanamente, dos recursos naturais de que necessitam. Hoje, é consabido que essa é a explicação fundamental para a Segunda Guerra do Golfo que terminou com o domínio americano sobre o Iraque que, coincidentemente, possui a segunda maior reserva mundial de petróleo e um dos mais altos estoques de água doce do Planeta.

Pode-se concluir que, diante da fragilidade geopolítica da Amazônia, esse aspecto não deixará de estar na agenda das discussões para a solução da crise mundial da água. A professora Berta Becker (2003), em estudo que apresentou sobre o assunto em um seminário

realizado pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, conclui que “A Amazônia sul-americana poderia ser capaz de tornar a água efetivamente um bem comum para a população regional e mundial, mediante a comercialização de técnicas e métodos de gestão desenvolvidos numa cooperação pacífica”.

2.2.3 Reserva Mineral

A Amazônia é detentora da maior reserva mineral da Terra. Em sua área foram descobertas pelo menos seis gigantescas províncias minerais. Como exemplo, cita-se a reserva de Carajás, a qual é considerada a maior reserva polimineralizada do planeta, contendo cerca de 20 bilhões de toneladas de minério de ferro (teor de 60%), 1 bilhão de toneladas de minério de cobre (teor de 1%), 150 milhões de toneladas de níquel (teor de 1,5%), além de grande quantidade de manganês, estanho, chumbo, zinco, molibdênio, tungstênio, cromo, prata, alumínio e amianto. (VIDIGAL, 2002)

Esses minérios das reservas da Amazônia, além de serem em quantidades imensas, possuem teores muito elevados em relação à média mundial. Para se ter uma idéia, na década de oitenta foram encontrados, a 70 centímetros da superfície (praticamente à flor da terra) na serra do Rio Surucucu (Roraima), na fronteira do Brasil com a Venezuela, depósitos consideráveis de cassiterita (minério de estanho) com o teor de 80%. Recentemente, a maior reserva de nióbio do mundo foi encontrada nas elevações próximas à cidade de São Gabriel da Cachoeira, no alto Rio Negro. Essas reservas correspondem a cerca de 90% das reservas conhecidas de nióbio e, muito provavelmente, este será um dos minerais mais importantes deste Terceiro Milênio. (VIDIGAL, 2002; ELIA, 2000)

2.2.4 Biodiversidade

A biodiversidade descreve a riqueza e a variedade do mundo natural. As plantas, os animais e os microrganismos fornecem alimentos, remédios e boa parte da matéria-prima industrial consumida pelo ser humano. Devemos considerar o termo biodiversidade em dois níveis diferentes: todas as formas de vida, como os genes contidos em cada indivíduo, e as inter-relações, ou ecossistemas, na qual a existência de uma espécie afeta diretamente muitas outras.

A biodiversidade está presente em todo lugar: no meio dos desertos, nas tundras congeladas ou nas fontes de água sulfurosas. A diversidade genética possibilitou a adaptação

da vida nos mais diversos pontos do planeta. As plantas, por exemplo, estão na base dos ecossistemas. Como elas florescem com mais intensidade nas áreas úmidas e quentes, a maior diversidade é detectada nos trópicos, como é o caso da Amazônia e sua excepcional vegetação.

Não se sabe quantas espécies vegetais e animais existem no mundo. As estimativas variam entre 10 e 50 milhões, mas até agora os cientistas classificaram e deram nome a somente 1,5 milhão de espécies. Entre os especialistas, o Brasil é considerado o país da "megadiversidade", pois grande quantidade das espécies conhecidas no mundo está aqui. (WWF, 2007)

Neste sentido, a Amazônia tem importância impar, pois dispõe de, aproximadamente, 30% do banco genético do planeta, portanto, é a maior fonte natural de produtos farmacêuticos, bioquímicos e agrônômicos, sendo imprescindível para a biotecnologia, que utiliza sistemas biológicos, organismos vivos ou derivados destes, para fazer ou modificar produtos ou processos para usos específicos.

Na Amazônia habitam mais de 200 espécies diferentes de árvores por hectare, 1.400 tipos de peixes, 1.300 espécies de pássaros e 300 de mamíferos, totalizando cerca de 2 milhões de exemplares. A Amazônia representa um terço de toda a área de florestas tropicais do mundo e é essencial para o clima e a diversidade biológica do planeta. (SIVAM, 2007)

Tendo em vista a imensa biodiversidade amazônica e a dificuldade de controle da vasta região, laboratórios internacionais têm utilizado a biodiversidade da Amazônia brasileira, obtendo patentes de produtos farmacêuticos desenvolvidos geneticamente de produtos naturais daquela floresta (o caso do urucum é bastante conhecido). Deste modo, não há como negar que a biopirataria é hoje uma realidade cujo controle, como é fácil de perceber, é praticamente impossível.

2.3 Os pretextos para a internacionalização

A análise efetuada do potencial da Amazônia em relação à energia, água doce, riqueza mineral e biodiversidade, identificadas como as razões da cobiça internacional, permite apontar os pretextos para a sua internacionalização.

A nova ordem mundial, após o fim da Guerra Fria devido à divisão da União Soviética em 1991, caracteriza-se pela existência de uma única megapotência, os Estados Unidos, que vêm se posicionando como árbitro nesta nova ordem mundial, demonstrando sua nítida posição intervencionista. Como exemplo, citam-se as intervenções na Bósnia-

Herzegovina e, especialmente, em Kosovo, e a ação preemptiva contra o Iraque sem mandato do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em clara violação à Carta das Nações Unidas, comprovando a nítida e crescente tendência intervencionista deste novo mundo monopolar.

Neste quadro político-estratégico atual, aumentam as possibilidades de intervenção na Amazônia, não necessariamente armada, mas através de pressões políticas, econômicas ou de outra ordem, dado que os princípios de não-intervenção e autodeterminação, que foram os fundamentos das relações internacionais durante a Guerra Fria, foram relegados ao segundo plano.

No mundo cada vez mais globalizado e de crescente tendência para a regionalização, os Estados vão abrindo mão de suas prerrogativas, por sua própria vontade, quando aderem aos organismos transnacionais governamentais, como é o caso da Organização das Nações Unidas, Organização dos Estados Americanos, Nafta, Mercosul, União Européia etc., ou por força de pressões internacionais feitas de Estado para Estado ou feitas por organizações não-governamentais, cada vez mais numerosas e poderosas. Entretanto, essa desnacionalização do Estado não ocorre com a mesma intensidade em relação a todos os Estados, já que os Estados de menor poder político-econômico são os objetos preferenciais das pressões.

Após essas considerações, que nitidamente favorecem as intervenções, e a identificação das riquezas da Amazônia, que despertam a cobiça internacional, serão apresentadas questões usadas como pretexto para justificar a internacionalização da Amazônia.

2.3.1 Ambiental

Um dos pretextos alegados, sobretudo nas três últimas décadas, em favor da internacionalização da Amazônia, ou de práticas atentatórias à soberania dos países amazônicos sobre a região, tem sido a acusação de que a omissão desses países, diante da devastação florestal e faunística, levará necessariamente à extinção do maior depósito de diversidades biológicas do Planeta, em prejuízo da humanidade como um todo.

Muitos mencionam que a Amazônia, maior floresta tropical existente, é o pulmão do mundo e, por essa razão, deve permanecer intocada na qualidade de patrimônio da humanidade. O ex-presidente francês François Mitterand, ao defender idéias de soberania relativa e a doutrina de ingerência, informou que “o Brasil deve aceitar a soberania relativa sobre a Amazônia”. O ex-vice-presidente dos Estados Unidos Al Gore nunca escondeu o seu

ponto de vista: "A Amazônia não é dos brasileiros. É de todos nós". O ex-premier soviético Gorbachev declarou que "o Brasil deveria delegar parte de seus direitos sobre a Amazônia aos organismos internacionais competentes".

Atualmente, o desmatamento na Amazônia recebe ampla divulgação da mídia internacional, mesmo quando ele se dá em áreas que serão usadas para plantio. O mesmo não acontece com o aumento da interferência do homem sobre a natureza, principalmente após o início da era industrial no fim do século XVIII, quando a atmosfera começou a receber quantidades de gases muito superiores às resultantes dos fenômenos naturais, sem que se criassem dispositivos capazes de controlar esse excesso. A queima de combustíveis fósseis, responsável por quase a totalidade da energia consumida pela humanidade, despeja na atmosfera bilhões de toneladas de dióxido de carbono, sendo os países desenvolvidos os grandes responsáveis. Alguns técnicos consideram que a preservação da floresta é essencial para impedir o agravamento dessa situação, outros mencionam que a concentração desses gases na atmosfera seria controlada pela variação do grau de acidez das águas dos oceanos, estes sim os verdadeiros pulmões do mundo. Na incerteza, ou sob outras motivações, as pressões internacionais para a preservação da floresta são crescentes.

Não há dúvida de que o maior responsável pelo despejo de gás carbônico na atmosfera é a descarga das indústrias e dos automóveis e que os Estados Unidos são os maiores poluidores individuais. Mesmo sendo os maiores responsáveis pelo despejo de gás carbônico na atmosfera, os Estados Unidos recusam-se a ratificar o Protocolo de Kyoto, que estabelece compromissos mais rígidos para a redução da emissão dos gases que provocam o efeito estufa, sob a alegação de que não pode prejudicar as suas indústrias. Responsabilizar o desmatamento da Amazônia pelo agravamento do efeito estufa é apenas um pretexto para internacionalizá-la e desviar a atenção do mundo do verdadeiro problema.

É óbvio que o Brasil defende o cumprimento de um programa adequado para a Amazônia, onde sejam proibidas as queimadas mesmo nas áreas desflorestadas, onde as derrubadas de árvores sem controle sejam impedidas por prejudicarem o ecossistema, pois a maior proteção contra a intenção de internacionalização da Amazônia está na exploração racional e sustentável de suas riquezas, respeitando a natureza, mas sem perder de vista que o homem deve ser o objeto do desenvolvimento.

2.3.2 Indígena

A partir do início da década de oitenta, ganhou impulso no Brasil a discussão da

questão indígena. Como resultado, a Constituição de 1988 trouxe importantes mudanças para a política indigenista, cujos reflexos ainda não foram observados em toda sua extensão, visto que o Brasil não dispõe de uma política indigenista consolidada que oriente a atuação dos diversos setores do Governo Federal envolvidos no assunto. Os governos, ao longo das últimas décadas, vêm atuando, em grande parte, de forma reativa, pautada por pressões de organizações nacionais e internacionais de defesa dos índios.

Pode-se dizer que a política indigenista brasileira é um dos maiores equívocos, pois a pretexto de se preservar sua cultura estão procurando isolar os índios em gigantescas reservas, maiores do que muitos países europeus, onde estariam livres dos malefícios da civilização. Tal política é uma clara demonstração de que a racionalidade é posta de lado quando há um forte envolvimento emocional ou ideológico, pois o esforço deveria ser no sentido de integrá-los à comunidade brasileira, uma vez que é uma tolice negar aos índios o acesso à educação e à medicina moderna, aspectos positivos de nossa cultura.

A atual política, sem trazer nenhum benefício aos índios, prejudica o País, impedindo que este grupo de brasileiros possa, por meio de sua integração à sociedade civilizada, trazer a sua contribuição à nacionalidade. Ela é racista porque, embora alegue o respeito aos direitos humanos, na verdade despreza os índios e os consideram inferiores, incapazes de assumir as responsabilidades dentro de uma sociedade moderna. Pode-se dizer que esta política é impatriótica porque torna o Brasil extremamente às acusações internacionais de violação dos direitos humanos e até de genocídio, pois é praticamente impossível evitar ações eventuais de contraventores nas áreas de reserva, com conseqüências nefastas para a integridade dos índios.

São grandes as pressões internacionais no sentido da manutenção dessa política indigenista, inclusive a própria mídia nacional, não se sabe a razão, abraça entusiasticamente a causa dos índios, levando a opinião pública, mal esclarecida, a defendê-la intransigentemente. Então, qualquer manifestação contrária a essa política equivocada é vista como demonstração da intolerância e falta de respeito aos direitos humanos dos índios, quando é exatamente o contrário.

Uma reserva que se estende por dois Estados, como é o caso da Ianomâni, representa insuportável vulnerabilidade estratégica. Segundo Fregapani (2005), a nação ianomâni só existe na cabeça de brasileiros desinformados e estrangeiros espertos, são quatro grupos distintos, lingüisticamente, etnicamente e, por vezes, hostis entre si, cuja criação foi uma manobra para formar uma nação que se separe do Brasil. A insistência da comunidade

internacional em se referir à "Nação Ianomâni" é a primeira etapa de um processo que visa ao reconhecimento da autonomia da região sob mandato das Nações Unidas.

Desta forma, constata-se que a segregação dos índios em reservas, onde eles ficarão expostos à pesquisa de antropólogos desvinculados da realidade e à curiosidade de turistas ecológicos, é uma violência praticada contra esses brasileiros que, na realidade, precisam ser integrados à sociedade civilizada, para ter uma vida digna e condizente com a condição humana.

2.3.3 Narcotráfico

A Amazônia é usada para trânsito de drogas dos grandes produtores da Bolívia, do Peru e, principalmente, da Colômbia, haja vista a sua imensidão e a baixa densidade populacional que, praticamente, impossibilita a fiscalização e o combate ao narcotráfico, exigindo vultosos recursos humanos e materiais.

Neste contexto, inserem-se os Estados Unidos que é o grande mercado consumidor. As autoridades norte-americanas, em face das dificuldades de reprimir o consumo das drogas, têm promovido intensa campanha para erradicação das plantações e destruição dos laboratórios de refino nos países produtores. O alvo tem sido a Colômbia, que apresenta uma complicada situação política, com o envolvimento dos grupos de guerrilha com os narcotraficantes. Por esta razão, os Estados Unidos passaram a apoiar ostensivamente a Colômbia, objetivando, não só combater o narcotráfico, mas também recuperar as áreas colombianas que estavam sob o poder dos guerrilheiros.

Na medida em que tivesse sucesso na repressão aos grupos guerrilheiros e aos narcotraficantes, esses grupos tenderiam a recuar no sentido da fronteira com o Brasil e, provavelmente, iriam invadir o território brasileiro, ou para continuar a prática do tráfico de drogas, ou para encontrar refúgio. Isto foi percebido pelo governo brasileiro que tomou a posição de não permitir a violação de suas fronteiras por quaisquer grupos armados, inclusive das forças de repressão governamentais, o que poderá gerar atritos com os Estados Unidos, que não terão dúvidas em acusar o Brasil de estar impedindo o combate efetivo aos traficantes de drogas.

Imaginando que não parece ser possível um eficaz combate às drogas na Colômbia sem uma solução prévia para a crise política colombiana e o fato de o Suriname ser um importante ponto para o trânsito de drogas para os Estados Unidos e a Europa, permanecerá a idéia de alguns países e de organizações não-governamentais ligadas à região

de que a internacionalização da Amazônia é uma etapa indispensável no processo de eliminar o tráfico de drogas.

3 SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO

“Árdua é a missão de desenvolver e defender a Amazônia. Muito mais difícil, porém, foi a de nossos antepassados em conquistá-la e mantê-la”. Rodrigo Octávio Jordão Ramos, General do Exército Brasileiro, em 2001. (citado por AVELINO, 2005)

As transformações do cenário internacional que se sucederam à guerra fria, com as novas regras políticas e econômicas de convivência entre as nações, resultaram em um novo quadro geopolítico da Amazônia, principalmente, com relação à questão da segurança e da soberania nacional. Se, no período da guerra fria, o Brasil pautou o conceito de segurança nacional ao automático alinhamento político-ideológico à liderança do bloco ocidental, as alterações refletidas pela nova ordem internacional modificaram significativamente o enfoque sobre as concepções de segurança e soberania nacional. As mudanças no plano internacional resultaram na adoção de uma defesa mais contundente em lugar da defesa difusa dos valores ocidentais, ao mesmo tempo, a concepção de defesa nacional passou a incluir as relações econômicas, financeiras, científico-tecnológicas, culturais e políticas entre as nações. No caso brasileiro, de excessiva dependência externa, em especial na esfera econômica e tecnológica, a concepção de segurança nacional remete, ainda mais, às questões ambientais, de proteção patrimonial dos recursos naturais, de combate à miséria e ao atraso científico-tecnológico.

Nesta configuração, a defesa da Amazônia se encontra entre as altas prioridades estabelecidas pela política do Governo Federal. Em geral, a Amazônia tem merecido esta atenção na definição das prioridades estratégicas da Política de Defesa Nacional, em especial, por estar situada em uma região com imensurável riqueza natural, a qual possui vulnerabilidade de acesso pelas fronteiras terrestres e marítimas.

Medidas têm sido tomadas para garantir a segurança da Amazônia, no intuito de propiciar o seu desenvolvimento livre de pressões e ameaças de qualquer natureza. Serão abordadas a seguir as principais ações governamentais feitas a partir da década de 70 e as tarefas, as atividades e a capacitação da Marinha do Brasil, para proteger e integrar a Amazônia brasileira, visando esvaziar os questionamentos, e desencorajar as intenções externas de cercear, ou mesmo violar, os interesses nacionais.

3.1 Ações governamentais

A partir da década de setenta, uma das principais vertentes da política de desenvolvimento do Governo Federal foi integrar a região amazônica ao resto do País. Na medida em que a Amazônia ia sendo revelada ao Brasil através dos inúmeros inventários e levantamentos de seus recursos naturais, assistia à entrada em operação de inúmeros projetos de impacto (Trombetas, Grande Carajás, Albrás-Alunorte, Tucuruí e o das hidrelétricas de Balbina e de Samuel). Entretanto, este panorama passou a sofrer alguma modificação em relação à forma de como fomentar o desenvolvimento da Amazônia: durante o regime militar, a estratégia para a região pregava a ocupação humana e grandes projetos de infra-estrutura; a partir daquele regime, o modelo foi sendo substituído pela valorização da presença do Estado (PCN - Programa Calha Norte) e da tecnologia de inteligência artificial (SIVAM - Sistema de Vigilância da Amazônia).

3.1.1 Programa Calha Norte

O Programa Calha Norte, hoje subordinado ao Ministério da Defesa, foi criado em 1985 pelo Governo Federal, tendo como objetivo principal manter a soberania na Amazônia brasileira e promover o seu desenvolvimento ordenado, visando aumentar a presença do poder público na sua área de atuação e contribuir para a Defesa Nacional. O Programa busca desenvolver ações de desenvolvimento que sejam socialmente justas e ecologicamente sustentáveis, respeitando as características regionais e os interesses nacionais.

Inicialmente, era chamado de Projeto Calha Norte e tinha uma atuação limitada, prioritariamente, na área de fronteira. Atualmente, o Programa abrange 194 municípios em seis Estados da Federação (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima), dos quais 95 são ao longo dos 10.938 km da Faixa de Fronteira, tendo uma área de atuação que corresponde a 32% do território nacional, onde habitam cerca de oito milhões de pessoas, dentre as quais inclui-se 30% da população indígena do Brasil. Essa expansão foi devida ao ganho de importância em vista do agravamento de alguns fatores, entre eles, o esvaziamento demográfico das áreas mais remotas e a intensificação das práticas ilícitas na região (BRASIL, 1985).

Na amplitude de seu conteúdo, o Programa pretende promover a implementação de projetos e empreendimentos que possibilitem a maximização da ocupação estratégica da região, em consonância com a Política de Defesa Nacional. O Programa também busca

enfrentar as sérias carências de caráter socioeconômico sofridas pelas populações locais, visando à colonização e ao desenvolvimento dessa área e sua conseqüente integração ao restante do Brasil, através da implantação de vários itens de infra-estrutura básica (escolas, hospitais, estradas, energia etc.) e da valorização da sociedade e da cultural local. Além disso, a integração dessa região ao resto do País apresenta a oportunidade de assegurar um nível adequado de relacionamento com os países vizinhos, por meio dos canais de cooperação técnica, econômica, comercial e cultural, podendo esperar-se, como decorrência desse incremento nas relações, que o Brasil desponte como opção confiável e cooperativa para o desenvolvimento recíproco.

Dentre os projetos desenvolvidos, destaca-se o Projeto para aumento da presença militar na região, cabendo à Marinha intensificar as atividades relativas à segurança da navegação e o controle de embarcações e seu patrulhamento, ao Exército, a ocupação física e vigilância dos pontos sensíveis da fronteira e suas vias de acesso, e, à Força Aérea, a manutenção de uma infra-estrutura aeronáutica capaz de apoiar a ação das outras Forças.

3.1.2 Sistema de Vigilância da Amazônia

O Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) foi criado para estabelecer uma nova ordem na Amazônia, haja vista que vários órgãos governamentais atuavam na região de forma individualizada, realizando, por vezes, o mesmo tipo de tarefa, sem compartilhar o conhecimento obtido e sem otimizar o uso do dinheiro dos cofres públicos.

O Sistema, totalmente implantado a partir de 2005, é composto de uma rede integrada de meios técnicos destinados à coleta e processamento de informações que são levantadas, tratadas e integradas às informações obtidas pelos demais órgãos governamentais que atuam na Amazônia. Esses meios abrangem o sensoriamento remoto, a monitoração ambiental e meteorológica, a exploração de comunicações, a vigilância por radares, recursos computacionais e meios de telecomunicações. Os dados obtidos são associados a partir dos diversos sensores, proporcionando informações temáticas particulares às necessidades operacionais de cada usuário, ou seja, trata-se de uma grande base de dados disponíveis que troca informações com o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) e com o Sistema de Controle do Espaço Aéreo, compartilhando conhecimento e trabalhando de maneira integrada entre si (SIVAM, 2007).

O Sistema de Vigilância da Amazônia, sob a responsabilidade do Comando da Aeronáutica, conta com um Centro de Coordenação Geral em Brasília e três Centros

Regionais de Vigilância, localizados nas cidades de Manaus, Porto Velho e Belém, interligados entre si.

3.2 A Marinha do Brasil na Amazônia brasileira

A amplitude e importância da Amazônia brasileira, composta pelos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, associadas a sua segurança e seu desenvolvimento, são de tal ordem que a Marinha do Brasil se faz presente nessa imensa região por meio de quatro de seus nove Distritos Navais:

- o Comando do 4º Distrito Naval tem como jurisdição na Amazônia os Estados do Amapá, Maranhão e Pará;
- o Comando do 6º Distrito Naval tem como jurisdição na Amazônia o Estado de Mato Grosso;
- o Comando do 7º Distrito Naval tem como jurisdição na Amazônia o Estado de Tocantins; e
- o Comando do 9º Distrito Naval tem como jurisdição na Amazônia os Estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima (BRASIL, 2005b; BRASIL, 1997).

Dentro dessa região Amazônica brasileira, despontam duas enormes sub-regiões, conhecidas como Amazônia Ocidental e Amazônia Oriental. A Amazônia Ocidental, composta pelos Estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima, está sob a jurisdição do Comando do 9º Distrito Naval e é caracterizada, principalmente, pelo isolamento dentro do Brasil, cuja capital Manaus e municípios somente são alcançáveis por meios flutuantes e aéreos, e pelos seus baixos índices demográficos e de desenvolvimento. A Amazônia Oriental, composta pelos Estados do Amapá, Maranhão e Pará, está sob a jurisdição do Comando do 4º Distrito Naval.

Neste contexto, as ORCOM-2007 determinam dar continuidade nas ações para ampliação da presença da Marinha na Amazônia, devendo ser concentrados esforços no sentido de obter recursos do Programa Calha Norte, para atendimento das metas do empreendimento de ampliação da presença da Marinha na Amazônia brasileira, e à obtenção de recursos do Sistema de Proteção da Amazônia, objetivando a integração da Marinha ao SIVAM/SIPAM, com a ampliação das capacidades dos meios navais e a preparação do pessoal.

Em face de suas peculiaridades e tendo em conta de que se encontram nessas duas sub-regiões quase que a totalidade das riquezas naturais da Amazônia brasileira, objeto da cobiça estrangeira, e a sua importância para a integração e desenvolvimento continental, os

tópicos seguintes se aterão à presença da Marinha do Brasil apenas nas Amazônia Oriental e Amazônia Ocidental, não devendo ser esquecido que os Estados de Mato Grosso e de Tocantins, que estão sob a jurisdição dos 6º e 7º Distritos Navais, respectivamente, também fazem parte da Amazônia brasileira.

3.2.1 Histórico

Conforme histórico dos Comandos dos 4º e 9º Distritos Navais (COM4DN, 2007; COM9DN, 2007), a Marinha do Brasil está presente na Amazônia brasileira desde os idos de 1728, quando da criação da Divisão Naval do Norte, com sede na cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará, de onde exercia o controle do acesso de navios ao rio Amazonas. Posteriormente, em consequência da abertura da navegação do rio Amazonas em 1867 às nações amigas, foi instituída em 1868, em substituição à Divisão Naval do Norte, a Flotilha do Amazonas, visando à proteção do litoral e das vias interiores, de maneira a resguardar a soberania na região.

Em consequência da Segunda Guerra Mundial, foi criado em 1940 o Comando Naval do Amazonas, com sede em Belém, que tinha competência e autoridade sobre todas as repartições da Marinha na área. Em 1942, esse comando foi substituído pelo Comando Naval do Norte e, finalmente, em 1945 recebeu a denominação de Comando do 4º Distrito Naval.

Após períodos alternados de localização entre Manaus e Belém, a Flotilha do Amazonas, a partir do ano de 1974, passou a ficar baseada em Manaus, sendo criado em Belém o Grupamento Naval do Norte. Os Navios Patrulha Fluvial e os Navios de Assistência Hospitalar ficaram subordinados à Flotilha do Amazonas, ao passo que as Corvetas e Navios Patrulha ao Grupamento Naval do Norte.

Em 1994, foram criados o 3º Esquadrão de Helicópteros de Emprego Geral e o Comando Naval da Amazônia Ocidental e, finalmente, em 2005 foi criado o Comando do 9º Distrito Naval, que passou a ter sob sua jurisdição e subordinação parte de áreas e Organizações Militares que pertenciam ao Comando do 4º Distrito Naval.

3.2.2 A presença da Marinha do Brasil na Amazônia Oriental

A Marinha do Brasil está presente na Amazônia Oriental por meio do 4º Distrito Naval, que tem sob sua jurisdição uma área que corresponde a cerca de 23% do território nacional, na qual possui, aproximadamente, três mil milhas de vias fluviais navegáveis. A

importância estratégica do 4º Distrito Naval reside no fato de a Amazônia Oriental fazer limite com três países da América do Sul: Guiana Francesa; Suriname; e Guiana, por abrigar significativos estoques de reservas minerais e hídricas e por sua abundante biodiversidade.

O seu grande eixo hidroviário é representado pela hidrovia Amazonas-Solimões, que possibilita, em todas as estações do ano, a chegada à cidade de Manaus de navios de até 10 metros de calado e à cidade de Tabatinga de navios de até 4,5 metros de calado.

Além da imensa área e do eixo hidroviário, merece atenção a área marítima adjacente, que tem suma importância para a manutenção da soberania do Brasil. Essa importância é caracterizada pelo controle de acesso ao interior da Amazônia, pelo intenso tráfego marítimo entre o Caribe e o Atlântico Sul, por onde é transportada grande parcela do comércio exterior brasileiro, e pela extensa plataforma continental, do Oiapoque à costa maranhense.

Para contribuir com o cumprimento das tarefas de responsabilidade da Marinha, em face do quadro apresentado, o Comando do 4º Distrito Naval tem sob sua responsabilidade as seguintes tarefas:

- executar operações navais, aeronavais, de fuzileiros navais e terrestres de caráter naval;
- apoiar as unidades e Forças Navais, Aeronavais, e de Fuzileiros Navais, subordinadas ou não, em sua área de jurisdição;
- executar as atividades estabelecidas no Sistema de Mobilização Marítima;
- executar atividades de Inteligência e Contra-Inteligência;
- acompanhar o tráfego marítimo;
- controlar as atividades relacionadas com a segurança da navegação costeira;
- supervisionar as atividades de Patrulha Costeira, de Polícia Naval, e Socorro e Salvamento Marítimo;
- cooperar para a preservação e utilização racional dos recursos do mar, da plataforma continental e das águas interiores;
- executar atividades estabelecidas na Lei do Serviço Militar;
- concorrer para a manutenção da Segurança Interna em coordenação com as demais Forças Singulares;
- apoiar o pessoal militar e civil da Marinha e seus dependentes no que couber;
- colaborar com as atividades de defesa civil;
- estimular e apoiar as atividades de interesse do poder marítimo;
- supervisionar as atividades de Assistência Cívico-Social das populações ribeirinhas; e
- exercer as atribuições relativas ao Comando Redistribuidor. (COM4DN, 2007)

Para tanto, o Comando do 4º Distrito Naval dispõe do apoio das seguintes Organizações Militares:

a) Estado do Amapá: Delegacia da Capitania dos Portos em Santana.

b) Estado do Maranhão: Capitania dos Portos do Maranhão.

c) Estado do Pará: Base Naval de Val-de-Cães; Comando do Grupamento Naval do Norte; Capitania dos Portos da Amazônia Oriental; Centro de Instrução Almirante Braz de

Aguiar; Hospital Naval de Belém; Grupamento de Fuzileiros Navais de Belém; Serviço de Sinalização Náutica do Norte; Depósito Naval de Belém; Estação Radiogoniométrica da Marinha em Belém; Delegacia da Capitania Fluvial de Santarém; Rebocador de Alto-Mar Almirante Guilhem; Navio Auxiliar Pará; Navio Patrulha Bracuí; Navio Patrulha Bocaina; Navio Patrulha Guanabara; Navio Patrulha Guarujá; Navio Patrulha Pampeiro; Navio Patrulha Parati; Navio Hidroceanográfico Garnier Sampaio; Navio-Balizador Tenente Castelo; e Corveta Museu Solimões.

d) Estado do Piauí, que não faz parte da Amazônia brasileira: Capitania dos Portos do Piauí.

Atentando para as ações de caráter essencialmente militar, voltadas para a soberania do Brasil na Amazônia Oriental, o Comando do 4º Distrito Naval se faz presente na região, desenvolvendo as seguintes atividades:

- operações ribeirinhas conjuntas com o Batalhão de Operações Ribeirinhas de Manaus e Batalhão de Fuzileiros do Rio de Janeiro, deslocados para a região, e Grupamento de Fuzileiros Navais de Belém;
- operações de Patrulha Fluvial nos rios navegáveis, até a faixa de fronteira atingível a partir da calha do Amazonas e seus afluentes;
- operações de patrulha do mar territorial, Zona Econômica Exclusiva e Plataforma Continental;
- presença naval, visitando portos de países amazônicos, via Oceano Atlântico, Mar do Caribe e rios da Bacia Amazônica;
- Apoio às unidades do Exército Brasileiro, situadas nas fronteiras;
- operações conjuntas com as Marinhas da Guiana Francesa e Venezuela;
- inspeção naval, para verificar as condições de navios e embarcações quanto ao aspecto da segurança e cumprimento das normas regulamentares da navegação; e
- colaboração com outros órgãos governamentais. (COM4DN, 2007)

Ressalta-se que para executar essas atividades, levando em conta os grandes eixos hidroviários da região amazônica e as atuais Organizações Militares, há carência de apoio logístico fora das proximidades da cidade de Belém, principalmente, com relação à manutenção e ao reparo naval, visto que a cidade mais próxima que dispõe dessa facilidade, Manaus, se localiza a cerca de 1500 km de Belém.

3.2.3 A presença da Marinha do Brasil na Amazônia Ocidental

A Marinha do Brasil está presente na Amazônia Ocidental por meio do 9º Distrito Naval, que tem sob sua jurisdição uma área que ultrapassa dois milhões de quilômetros quadrados, correspondendo a cerca de 25% do território nacional, na qual possui, aproximadamente, dez mil quilômetros de vias fluviais navegáveis, imprescindíveis para a própria sobrevivência da vida humana na região, seu desenvolvimento, mobilidade e

comunicações. A importância estratégica do 9º Distrito Naval reside no fato de a Amazônia Ocidental fazer limite com quatro países da América do Sul: Bolívia; Colômbia; Peru; e Venezuela, por abrigar significativos estoques de reservas minerais e hídricas e por sua abundante biodiversidade.

O seu grande eixo hidroviário também é representado pela hidrovia Amazonas-Solimões, que desce de Tabatinga à foz do rio num percurso de 3.700 km, metade da extensão litorânea do Brasil. Independentemente das estações do ano, essa hidrovia permite, como mencionado anteriormente, a chegada de navios com calado de até 4,5 metros à cidade de Tabatinga, na fronteira com a Colômbia e o Peru, e de até 10 metros à cidade de Manaus. É esse grande eixo fluvial que unifica as duas enormes sub-regiões, Amazônia Oriental e Amazônia Ocidental.

Além da imensa área e do eixo hidroviário, merece atenção as dimensões aproximadas dos quatro maiores afluentes do rio Amazonas na Amazônia Ocidental: rio Negro, com 2.400 km; rio Juruá, com 2.100km; rio Purus, com 2.080 km; e rio Madeira, com 1.600 km. Desta forma, o rio Amazonas e seus afluentes têm uma função vital na via de penetração interiorana e de integração das áreas e comunidades ribeirinhas. No âmbito internacional, delimitam áreas nacionais e aproximam os povos das fronteiras com a Bolívia, Colômbia, Peru e Venezuela.

Para contribuir com o cumprimento das tarefas de responsabilidade da Marinha, considerando o quadro apresentado, o Comando do 9º Distrito Naval tem sob sua responsabilidade as seguintes tarefas:

- executar operações navais, aeronavais, de fuzileiros navais e terrestres de caráter naval;
- apoiar as unidades e Forças Navais, Aeronavais, e de Fuzileiros Navais, subordinadas ou não, em operação na Amazônia Ocidental;
- executar as atividades estabelecidas no Sistema de Mobilização Marítima, no que lhe couber;
- executar atividades de Inteligência e Contra-Inteligência;
- acompanhar o tráfego fluvial;
- controlar as atividades relacionadas com a segurança da navegação fluvial e lacustre;
- coordenar e controlar as atividades de Patrulha Fluvial, Inspeção Naval e Socorro e Salvamento nas hidrovias interiores;
- cooperar para a preservação e utilização racional das águas interiores;
- executar as atividades estabelecidas na Lei do Serviço Militar;
- concorrer para a manutenção da Segurança Interna em coordenação com as demais Forças Singulares;
- apoiar o pessoal militar e civil da Marinha e seus dependentes;
- colaborar com as atividades de Defesa Civil;
- estimular e apoiar as atividades de interesse do Poder Marítimo;
- orientar, coordenar e controlar as atividades de Assistência Cívico-Social às populações ribeirinhas;
- exercer as atribuições relativas ao Comando Controlador e Comando

Redistribuidor das Organizações Militares subordinadas; e
 - exercer as atribuições relativas ao Setor de Distribuição de Pessoal em relação às Organizações Militares subordinadas. (COM9DN, 2007)

Para tanto, o Comando do 9º Distrito Naval dispõe do apoio das seguintes Organizações Militares:

a) Organizações Militares diretamente subordinadas: Comando da Flotilha do Amazonas; Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental; Batalhão de Operações Ribeirinhas; Capitania Fluvial de Tabatinga; Estação Naval do Rio Negro; Depósito Naval de Manaus; e 3º Esquadrão de Helicópteros de Emprego Geral.

b) Organizações Militares subordinadas ao Comando da Flotilha do Amazonas: Navio Patrulha Fluvial Roraima; Navio Patrulha Fluvial Rondônia; Navio Patrulha Fluvial Amapá; Navio Patrulha Fluvial Pedro Teixeira; Navio Patrulha Fluvial Raposo Tavares; Navio Assistência Hospitalar Doutor Montenegro; Navio Assistência Hospitalar Oswaldo Cruz; e Navio Assistência Hospitalar Carlos Chagas.

c) Organizações Militares subordinadas a Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental: Delegacia Fluvial de Porto Velho; Agência Fluvial de Tefé; Agência Fluvial de Eirunepé; Agência Fluvial de Boca do Acre; Agência Fluvial de Guajará Mirim; Agência Fluvial de Itacoatiara; e Agência Fluvial de Parintins.

Motivado pelas ações de caráter essencialmente militar, voltadas para a soberania do Brasil na Amazônia Oriental, o Comando do 9º Distrito Naval se faz presente na região, desenvolvendo as seguintes atividades:

- operações ribeirinhas, utilizando os navios do Comando da Flotilha do Amazonas, os Fuzileiros Navais do Batalhão de Operações Ribeirinhas, os helicópteros do 3º Esquadrão de Helicópteros de Emprego Geral e com outras unidades da Marinha, que podem rapidamente ser deslocadas para a região;
- operações de Patrulha Fluvial, com a finalidade de exercer o controle das calhas fluviais, até as faixas de fronteiras atingíveis, visando à fiscalização das Leis e Regulamentos do país, na área de jurisdição do Comando do 9º Distrito Naval, que abrange os Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima;
- operações de Socorro e Salvamento nas hidrovias da Amazônia Ocidental, cujo serviço prestado pela Marinha é mundialmente reconhecido. Assim sendo, zelando pela segurança da navegação, a salvaguarda da vida humana e o controle da poluição hídrica;
- operações de apoio às unidades do Exército Brasileiro, situadas nas fronteiras;
- operações combinadas com o Exército Brasileiro e a Força Aérea;
- operações conjuntas com as Marinhas da Colômbia, Peru e Guiana;
- operações de assistência hospitalar à população ribeirinha; e
- ações de presença, levando a nossa Bandeira Nacional aos mais diversos portos, dos países amazônicos vizinhos. (COM9DN, 2007)

Como na Amazônia Oriental, para executar essas atividades, observando os grandes eixos hidroviários da região amazônica e as atuais Organizações Militares, também

há na Amazônia Ocidental carência de apoio logístico fora das proximidades da cidade de Manaus, principalmente, com relação à manutenção e ao reparo naval, uma vez que as cidades mais próximas que dispõem de apoio logístico, Belém e Tabatinga, se localizam a cerca de 1500 km e 1800 km, respectivamente, de Manaus.

4 CONCLUSÕES

O estudo da crescente importância geopolítica da Amazônia no contexto mundial: uma proposta de preservação dos interesses nacionais foi conduzido em duas etapas. A primeira procurou apresentar uma análise da Amazônia brasileira, identificando as questões geopolíticas, históricas e contemporâneas, avaliando as riquezas que possam justificar a cobiça internacional, especificamente, em relação à energia, água doce, reserva mineral e biodiversidade, e apontando os pretextos para sua internacionalização.

A literatura revela que desde sua descoberta a Amazônia é alvo de questionamentos geopolíticos, inicialmente, com relação à amplitude e tipificação do seu domínio por Portugal e Espanha e a partir da década de noventa, com a queda da União Soviética e o crescimento acelerado da China, que provocaram a nova ordem mundial com a globalização das atividades econômicas, maior será a geopolítica que preconiza a restrição da soberania do Brasil sobre a Amazônia, visando a sua internacionalização. Assim, uma das invectivas mais fortes que, em nome da globalização, têm sido feitas sobre a Amazônia, é proclamar que ela é um patrimônio da humanidade. Entretanto, é consabido que as verdadeiras razões dessas tentativas de internacionalização da Amazônia são suas riquezas naturais e sua importância para a integração e desenvolvimento continental.

É indubitável que as riquezas da Amazônia despertam a cobiça internacional e que, no futuro não muito distante, o agravamento da crise provocada pela provável escassez de água doce, a aproximação do esgotamento das reservas de petróleo, com a conseqüente crise energética, a escassez das reservas minerais mundiais e o desenvolvimento acentuado da biotecnologia, onde a biodiversidade da Amazônia é imprescindível, poderão dar aos países amazônicos um poder que as grandes potências não aceitarão.

Como foi apresentado no corpo do texto, não faltam pretextos para uma tentativa de intervenção no sentido de forçar a internacionalização da Amazônia brasileira, que com seu grande potencial de riquezas naturais e a sua importância para a integração e desenvolvimento continental, é foco de atenção das grandes potências mundiais, em especial dos Estados Unidos da América. Grandes são as vulnerabilidades desse precioso bem. É preciso que o Brasil defenda a Amazônia, garantindo a presença do Estado naquela região, povoando-a, com o objetivo de superar a sua baixa densidade demográfica, desenvolvendo-a e integrando-a por meio de um sistema de transporte efetivo, de uma política indigenista

adequada, com a exploração sustentável de seus recursos naturais sem degradar o meio ambiente.

Neste contexto, a segunda etapa deste estudo procurou identificar medidas que têm sido tomadas no sentido de preservar os interesses nacionais na Amazônia brasileira, possibilitando o seu desenvolvimento livre de pressões e ameaças de qualquer natureza. As principais medidas identificadas na literatura foram o Projeto Calha Norte, o Sistema de Vigilância da Amazônia e a presença das Forças Armadas, especificamente, da Marinha do Brasil, que visam manter a soberania na Amazônia e promover seu desenvolvimento ordenado, com o propósito de esvaziar os questionamentos e desencorajar as intenções externas de cercear, ou mesmo violar, os interesses nacionais.

Dissuadir os anseios externos, antes que se convertam em ações efetivas, parece ser a alternativa mais sensata. Neste intuito, é fundamental ocupar a Amazônia brasileira, desenvolvendo-a e integrando-a as demais regiões do Brasil. Para tanto, além das ações governamentais que têm sido realizadas, é necessário garantir um Poder Militar que infunda respeito à comunidade internacional. Assim, o autor considera que, no caso da Marinha, é fundamental a intensificação de sua presença na Amazônia brasileira, tendo em vista que esta ainda é limitada, levando-se em conta o imenso espaço geográfico e a crescente importância geopolítica da região, principalmente nesta nova era mundial globalizada.

No que diz respeito à Marinha, deve-se considerar como uma grave vulnerabilidade a inexistência de apoio logístico fora de Manaus ou Belém. Manaus se situa a cerca de 1.500 km de Belém e a cerca de 1.800 km de Tabatinga. É imperioso, portanto, que se planeje o desenvolvimento de bases na calha do Amazonas/Solimões, de modo a propiciar o adequado apoio logístico, aumentando a presença naval na Amazônia brasileira e criando infra-estrutura que contribua para o desenvolvimento e a integração da região com o restante do País por via hidroviária, aproveitando a excelente navegabilidade dos rios amazônicos.

Em face do exposto e considerando que o aumento da presença do Estado brasileiro na Amazônia brasileira, em particular das Forças Armadas, é uma das diretrizes da Política de Defesa Nacional como condição necessária para a conquista dos objetivos de estabilização e desenvolvimento integrado da Amazônia e corroborando com as orientações do Comandante da Marinha, o autor entende que a ampliação da presença da Marinha do Brasil na Amazônia brasileira é necessária e deverá ser feita por meio de um programa que contemple a construção de bases de apoio logístico, distribuídas ao longo das vias hidroviárias amazônicas. O programa, que poderá ser chamado de “Programa de Aparelhamento da Amazônia – PAPAM”, deverá considerar o novo cenário geopolítico mundial, estabelecendo

pontos de apoio logístico onde seja possível, dentre outros, a construção, o reparo e a manutenção naval, ampliando assim a presença da Marinha na Amazônia e incrementando o povoamento local e o desenvolvimento integrado da região.

Para tanto, deverão ser observadas as orientações do Comandante da Marinha que determinam dar continuidade nas ações para ampliação da presença da Marinha na Amazônia, concentrando esforços visando à obtenção de recursos do Programa Calha Norte, para atendimento das metas do empreendimento, e à obtenção de recursos do Sistema de Proteção da Amazônia, objetivando a integração da Marinha ao SIVAM/SIPAM, com a ampliação das capacidades dos meios navais e a preparação do pessoal.

REFERÊNCIAS

- ALMANAQUE ABRIL. 29. ed. São Paulo: Ed. Abril, 2003. 692 p.
- ALMANAQUE ABRIL. 33. ed. São Paulo: Ed. Abril, 2007. 730 p.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Geopolítica do Brasil*. Campinas: Ed. Papirus, 2001. 88 p.
- AVELINO, Roberto de Paula. *Programa Calha Norte*. Brasília: [s.n.], 2005. Palestra proferida pelo Gerente do Projeto Calha Norte. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/programa_calha_norte/index.php?page=palestras>. Acesso em: 25 jul. 2007.
- BECKER, Bertha K. *Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2004. 164 p.
- BECKER, Bertha K. *Geopolítica da Amazônia: A nova fronteira de recursos*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1982. 233 p.
- BECKER, Bertha K. *Inserção da Amazônia na geopolítica da água*, em problemática do uso local e global da água na Amazônia. Pará: Ed. Universidade Federal do Pará – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2003. 189 p.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicolla; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 12. ed. Brasília: Ed. UNB, 1983. 1318 p.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Publicada no Diário Oficial da União de 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 12 maio 2007.
- BRASIL. Decreto n. 5.484 de 30 de junho de 2005. Aprova a Política de Defesa Nacional e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 1 jul. 2005a, Seção 1. p. 5. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm>. Acesso em: 24 mar. 2007.
- BRASIL. Decreto n. 5.349 de 20 de janeiro de 2005. Altera dispositivos do Decreto n. 2.153, de 20 de fevereiro de 1997, que estabelece e organiza as Forças Navais, Aeronavais e de Fuzileiros Navais da Marinha, dispõe sobre as áreas de jurisdição dos Comandos de Distritos Navais e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 jan. 2005b, Seção 1. p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5349.htm>. Acesso em: 14 abr. 2007.
- BRASIL. Decreto n. 2.153 de 20 de fevereiro de 1997. Estabelece e organiza as Forças Navais, Aeronavais e de Fuzileiros Navais da Marinha, dispõe sobre as áreas de jurisdição dos Comandos de Distritos Navais e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 fev. 1997, Seção 1. p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2153.htm>. Acesso em: 14 abr. 2007.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Programa Calha Norte*. Brasília, 1985. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/programa_calha_norte/index.php?page=area_atuacao>. Acesso em: 20 maio 2007.

BUENO, Eduardo. *Náufragos, traficantes e degredados*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 1998. 200 p. (Coleção Terra Brasilis, v. II)

CÂMARA, Silas, Deputado Federal do PTB-AM. *63ª Sessão da Câmara dos Deputados*. 26 abr. 2004, Discurso realizado na Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/plenario/notas/ordinari/v260404.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2007.

CAMPOS, Luiz Otávio de Oliveira. *A navegação fluvial na Amazônia*. Palestra – Sindicato das Empresas e Agências de Navegação Fluvial do Pará/SINDARPA, Belém, 1989.

CARRETEIRO, Ronald P. *A navegação na Amazônia*. Rio de Janeiro: Ed. Calderaro, 1987. 408 p.

CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS. São Francisco, EUA. 1945. Disponível em: <<http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/pm/Tratados/carta-onu.htm>>. Acesso em: 07 abr. 2007.

CARVALHO, José Cândido de Melo. *A Conservação da natureza e recursos naturais na Amazônia brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, 1967. 47 p.

COM4DN, Comando do 4º Distrito Naval. Site oficial do Com4DN. Disponível em: <<http://www.mar.mil.br/com4dn>>. Acesso em: 14 abr. 2007.

COM9DN, Comando do 9º Distrito Naval. Site oficial do Com9DN. Disponível em: <<http://www.mar.mil.br/com9dn>>. Acesso em: 14 abr. 2007.

CONZ. Claudio. *O terceiro fórum mundial da água*. O ESTADO DE SÃO PAULO, São Paulo, 16 mar. 2003. Caderno Geral, p. A16.

CUNHA, Renato Sá Bernardo. *A Amazônia e as implicações internacionais*. 1970. 37 f. Monografia. Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 1970.

DUTRA, Manuel José Sena. *A Amazônia e as seculares investidas estrangeiras*. O Jornal Ciência Amazônica. Belém. 5 out. 2006. Disponível em: <http://www3.ufpa.br/sbpc/index.php?option=com_content&task=view&id=5&Itemid=7>. Acesso em: 8 abr. 2007.

ELIA, Rui da Fonseca. *A Marinha na Amazônia Ocidental*. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, v. 120, n. 7/9, p. 69-86, jul/set. 2000.

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 7. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004. 242 p.

FREGAPANI, Gelio. *Defesa da Amazônia*. Quinto Poder. 29 mar. 2005. Disponível em <http://www.oquintopoder.com.br/soberania/ed62_II.php>. Acesso em: 6 maio 2007.

- HOLLANDA, Bernardo Augusto Cunha de. *A presença militar Norte-Americana na Amazônia*. 2003. 49 f. Monografia – Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM), Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2003.
- HENRIQUE, Hamilton Jorge da Gama. *A presença da Marinha na Amazônia: o Poder Naval em ambiente fluvial e ribeirinho*. 1996. 14 f. Monografia – Curso Superior de Guerra Naval (C-SGN), Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 1996.
- LOPES, José Antônio Muniz. *A Eletronorte e a Amazônia*. Palestra – Centrais Elétricas do Norte do Brasil SA - Eletronorte, Belém, 1987.
- MAFRA, Roberto Machado de Oliveira. *Geopolítica: Introdução ao estudo*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1999. 70 p.
- MATTOS, Carlos de Meira. *Brasil: Geopolítica e Destino*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1975. 109 p.
- MATTOS, Carlos de Meira. *Uma geopolítica pan-amazônica*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980. 215 p.
- MONTEIRO, Deolinda Oliveira. *Missão silenciosa na Amazônia*. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, v. 123, n. 10/12, p. 137-146, out/dez. 2003.
- NAZARÉ, Ramiro Fernandes. *A navegação fluvial na bacia amazônica*. Palestra – Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM), Escola de Guerra Naval, Belém, 1990.
- OLIVEIRA, Arnaldo Braga de. *A ocupação da Amazônia brasileira*. 1972. 45 f. Monografia. Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 1972.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. 4. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972. 242 p.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Tempo e vida na Amazônia*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1965. 305 p.
- REVISTA ESTUDOS AVANÇADOS. *Dossiê Amazônia brasileira I*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2005. v. 19, n. 53, jan./abr. 377 p.
- RIBEIRO, Mário Ramos. *Globalização é uma ameaça à Amazônia, adverte Economista*. O Liberal. Belém, p. 9, 11 out. 2000.
- RIBEIRO, Mário Ramos. *Abandono e castigo para a Amazônia há 500 anos*. O Liberal. Belém. 20 maio. 2001. Caderno Painel. p. 3.
- RIBEIRO, Nícias. *A importância das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém*. Agência Brasileira de Notícias. Brasília. 6 jun. 2003. Disponível em: < <http://www.abn.com.br/artnicia/s1aimportancia.htm>>. Acesso em: 08 abr. 2007.

SAKAMOTO, Leonardo. *Pobre município rico*. Repórter Brasil. Coari. 01 maio 2002. Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.com.br/exibe.php?id=11>>. Acesso em: 06 maio 2007.

SILVA, Roberto Gama e. *A Amazônia Brasileira*. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, v. 120, n. 1/3, p. 89-107, jan/mar. 2000.

SILVA, Roberto Gama e. *A Amazônia, sua invasão, seu desmatamento e queimadas*. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, v. 121, n. 10/11, p. 95-103, out/dez. 2001.

SIVAM, Projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia. Apresenta breve descrição da Amazônia Legal. Disponível em: <<http://www.sivam.gov.br/AMAZONIA/apres1.htm>>. Acesso em: 06 abr. 2007.

VIDAL, José Walter Bautista. *A energia é nossa*. 4 ed. Revista Caros Amigos – Grandes Entrevistas. Abr. 2007. Disponível em: <http://carosamigos.terra.com.br/nova/grandes_entrevistas.as>. Acesso em: 6 maio 2007.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. *A internacionalização da Amazônia*. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, v. 121, n. 04/06, p. 81-99, abr/jun. 2002.

VIEIRA, Roberto Luiz Alves. *A ecologia como pano de fundo das relações internacionais*. Brasília: PROGEE/CEFARH/SAE-PR, 1991. 16 p.

WIKIPEDIA. *Capitania de São José do Rio Negro*. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Capitania_de_s%C3%A3o_jos%C3%A9_do_rio_negro>. Acesso em: 30 abr. 2007.

WIKIPEDIA. *José Bonifácio de Andrada e Silva*. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Bonif%C3%A1cio>. Acesso em: 30 abr. 2007.

WIKIPEDIA. *José Maria da Silva Paranhos Júnior*. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Bar%C3%A3o_do_Rio_Branco>. Acesso em: 30 abr. 2007.

WWF, Brasil. *O que é biodiversidade?* Disponível em: <http://www.wwf.org.br/informacoes/questoes_ambientais/biodiversidade/index.cfm>. Acesso em: 7 maio 2007.

ZENTGRAF, Maria Christina. *Introdução ao estudo da metodologia científica*. Rio de Janeiro: COPPEAD/UFRJ, 2006. 97 p.